

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contábeis, Atuariais e Ciências Econômicas.



PUC-SP

**GOVERNO CASTELO BRANCO: PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO
GOVERNO**

(PAEG)

(1964 – 1967)

Raphael Brito da Silva – RA00234991

Prof. Dr. Antônio Corrêa de Lacerda – Monografia IV

São Paulo – SP

2023

Raphael Brito da Silva

Governo Castelo Branco: Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1967)

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Ciências Econômicas, sob a orientação do(a) prof.(a), dr.(a) - Antônio Corrêa de Lacerda.

São Paulo-SP

2023

Banca Examinadora

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio permanente.

AGRADECIMENTOS

Todo processo árduo que essa monografia me impôs nada seria possível sem o direcionamento em princípio de Deus, minha família que sempre me apoio integralmente aos estudos, meus amigos e aos professores pelo direcionamento e orientação.

Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social, para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar a luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; ...

Celso Furtado

RESUMO

A elaboração feita na ótica da política econômica de estabilização de curto prazo do Plano Trienal (1962), liderado por Celso Furtado, além do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) em 1964, dado o golpe militar frente o primeiro governo em desenvolvimento a partir de março 1964 – ou seja, o governo do marechal Humberto Castelo Branco – foram estabelecidos no período, se estendendo de novembro de 1964 a março de 1967. Discorrido por Roberto de Oliveira Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões – incumbido pelo atual governo para o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, como também no Ministério da Fazenda. Idealizado em maio de 1964 – posteriormente ao período que se prolongou de abril a novembro de 1964 o PAEG, visava se denominar não como um plano global de desenvolvimento, mas sim, uma fórmula bem-sucedida de planejamento que lograria dosar coerentemente num programa de ação coordenada do governo no âmbito econômico. O PAEG se alicerçava no arrefecimento da inflação juntamente com presença de uma maior eficiência do sistema de preços por meio da ação complementar do Estado que coincide a hegemonia das empresas e dos mecanismos de mercado com a sistemática de planejamento.

Palavras-chave: Economia brasileira; Golpe militar; PAEG, Inflação; Políticas econômicas; Planejamento.

ABSTRACT

The elaboration made from the perspective of the economic policy of short-term stabilization of the Triennial Plan (1962), led by Celso Furtado, in addition to the Government's Economic Action Program (PAEG) in 1964, given the military coup against the first developing government to from March 1964 – that is, the government of Marshal Humberto Castelo Branco – were established in the period, extending from November 1964 to March 1967. Ministry of Planning and Economic Coordination, as well as the Ministry of Finance. Conceived in May 1964 – after the period that lasted from April to November 1964, the PAEG aimed to be called not a global development plan, but rather a successful planning formula that would manage to coherently dose an action program coordination of the government in the economic field. The PAEG was based on the cooling of inflation together with the presence of greater efficiency in the price system through complementary action by the State that coincides with the hegemony of companies and market mechanisms with systematic planning.

Keywords: Brazilian economy; Military coup; PAEG, Inflation; Economic policies; Planning.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	10
1. ANTECEDENTES DO PAEG FRENTE À ECONOMIA BRASILEIRA (1960-1963).....	12
1.1 Crises dos anos 1960.....	12
1.2 Plano Trienal	15
2. ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1964-67	18
2.1 Aspectos Gerais do Panorama Econômico.....	18
2.2 Normatizações do PAEG	21
2.3 Além da Ortodoxia.....	23
3. REFORMAS INSTITUCIONAIS DO PAEG	26
3.1 Reforma Salarial.....	26
3.2 Reforma Tributária.....	28
3.3 Reforma Monetária-Financeira	29
3.4 Reforma da Política Externa	33
4. IMPACTOS E RESULTADOS DO PAEG FRENTE À CONJUNTURA ECONOMICA	34
4.1 O Impacto sobre a Produção e os Preços	34
4.2 Os Custos da Estabilização	36
4.3 Análise e Resultados do PAEG.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

No final da década de 1950, a inflação começou a se desenvolver de forma alarmante no Brasil. O governo Kubitschek encerrou seu mandato, limitado por inúmeras regulamentações cambiais e de preços devido a pressões inflacionárias tributárias, salariais e monetárias. Em seu menor mandato, o governo de Jânio Quadros aprovou um rígido quadro de ajuste da inflação para restaurar a eficiência e o reconhecimento do sistema de preços, mas prevê mais um momento de política rígida em favor da estabilização. No entanto, este segundo momento não se concretizou. Sob a liderança do governo Goulart, todos os possíveis controles tributário, monetário e, em princípio, salarial foram afrouxados. Portanto, o aumento anual de preços, que era de cerca de 30% em 1960, passou para cerca de 80% em 1963. No primeiro trimestre de 1964 a alta de preços, frente alguns indicadores, demonstravam que 25%, correspondia, por sobrepujar, a uma inflação anual de 144%.

O Levante de Março de 1964 situou seguramente o embate à inflação como primordial mediante a política econômica, visto que não seria viável mensurar um crescimento vertiginoso em meio ao caos da moeda, preços e salários. Bem como, o Programa de Ação Econômica do presidente Castelo Branco inseriu um esboço de combate à inflação, no qual a previa a delimitação do ritmo evolução de preços para cerca de 25% em 1965 e 10% em 1966.

Dessa forma, a colisão frente a inflação se demonstrou severa, além do previsto pelo PAEG. A teoria debatida no início da década de 60 desconsiderava as adversidades da política anti-inflacionária: compreendida por meio da reverberação das análises feitas por John Maynard Keynes, isto é, os preços absolutos fossem rigorosos na ótica descendente, entretanto, não que a taxa da própria inflação pudesse evidenciar a rigidez dos fenômenos de expectativas, com também realimentação. Além de não considerar os desgastes que ainda estavam presentes entre a aplicação dos freios monetários e a efetiva frenagem dos preços.

Bem como, que a partir de 1964 o país vem conseguindo agrupar um montante conhecido como “know-how” de política anti-inflacionária que não era comum nas literaturas econômicas no início de 1960. Nesse tocante a econômica brasileira apresentava ao menor três significativos resultados : a partir de meados de 1964 o compasso da inflação vem decrescendo de maneira gradual, em oposição ao que vigorava a inflação mundial; as distorções sofridas pela inflação do Brasil, têm sido neutralizadas, em grande parte,

principalmente pela taxa flexível de câmbio, por conseguinte o desgaste de uma inflação por volta dos 15% ao ano no Brasil parece menos nocivo dada uma alta de preços bem mais moderada em países que não normatizaram esses neutralizadores; desde 1964 o embate frente a inflação vem sendo alicerçado pelo aperfeiçoamento da balança de pagamento, além do aumento das reservas internacionais;

Nesse acúmulo de experiência Simonsen e Campos (1974) discorrem que, o país tem introduzido uma vasta pluralidade de inovações em detrimento da tecnologia anti-inflacionária. O modelo gradualista, embora hoje abrigado com simpatia mediante o panorama econômico mundial, era determinado tal como heresia no início da década de 1960.

1. ANTECEDENTES DO PAEG FRENTE À ECONOMIA BRASILEIRA (1960-1963)

1.1 Crises dos anos 1960

Ao término da década de 50 a inflação brasileira começou a progredir de forma alarmante. O Governo Kubitschek finalizou seu mandato sitiado por pressões inflacionárias de caráter fiscal, salarial e monetária, contida por inúmeros controles de taxas de câmbio e preços. Em seu ínfimo mandando, o Governo Jânio Quadros homologou um severo arcabouço de inflação corretiva, a fim de recuperar a eficiência e o reconhecimento do sistema de preços, entretanto, prevendo uma rígida política em prol da estabilização para um segundo momento. Embora, esse segundo momento não chegou a se concretizar. Com o encabeçamento do Governo Goulart foram suavizados quaisquer monitoramentos fiscais, monetários e, em princípio salariais.

O governo Juscelino Kubitschek (JK) que vigorou entre 1956-1961 mostrou-se intenso, sobretudo, na ótica do crescimento econômico do período, como também pelo Plano de Metas. Entretanto, a desaceleração propagou-se no período que compreende de 1962-1967 desacelerando o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) pela metade comparativamente ao alcançado no período antecedente, aliás, alguns determinantes econômicos no período como – formação bruta de capital fixo e crescimento industrial – decresceram nesse espaço de tempo. Por outro lado, a inflação em 1964 chegou a uma taxa anual de 90%, sendo alta mesmo para os padrões de inflação vigente para a época. Decerto, que o retrato desse período se baliza a partir do momento conturbado, em virtude das complexidades em conflitos políticos, questões econômicas estruturais e conjunturais. (LACERDA, *et. al.* 2011).

O início da década de 60 é marcada enfaticamente por instabilidade política, haja vista a eleição de Jânio Quadros, uma vez que o seu vice-presidente um candidato com caráter antagônico João Goulart (Jango). Após sete meses da posse o então presidente renunciou logo a dificuldade para o vice, que permaneceu no exterior por um dado tempo até que regressasse para assumir a presidência, entretanto, sobre o regime parlamentar. Nesse espaço de tempo gabinetes foram instalados, até que, após um plebiscito, o regime presidencial voltou a ser exercido com Jango à frente. No entanto, no seu mandato deparou-se com inúmeras dificuldades para governar, envolvendo trocas de muitos ministros ao longo do pouco tempo que exerceu como presidente do país, até que o golpe militar o retirasse do poder. Por conseguinte, as incertezas que vigoravam nesse período com quedas de presidentes e

ministros inibiram a constância de uma política ao longo do tempo, bem como um quadro político conturbado e inflexível refletindo os investimentos no país e o seu crescimento econômico. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2011).

O Plano de Metas que foi elaborado no governo de JK, discorrido pelos autores, Tavares (1972) e Serra (1982), com caráter estruturalista, relatava que seria uma crise cíclica em detrimento do massivo investimento que foi feito. Uma vez que o aporte de grandes capitais frente à economia, de modo que levaria certo tempo para absorvê-la, pois a indústria brasileira com a sua capacidade ociosa em inúmeros ramos capacitaria ainda sim, a economia do Brasil a prolongar os seus investimentos. Na mesma ótica que fora já contextualizada os autores Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011, p. 375), afirmam que:

[...] a crise dos anos 60 como uma crise cíclica endógena típica da economia industrial ou capitalista. Depois da década de 50, a economia brasileira já haveria superado a fase de industrialização restringida, que caracterizada os anos 30 e 40, e entrará em uma fase em que a dinâmica capitalista se deve a elementos endógenos, especialmente aos ligados à inter-relação entre os setores da economia. Nesse sentido, a crise dos anos 60 deve-se a uma desaceleração dos investimentos em bens de capital que repercute sobre o restante da economia.

Assim, o fluxo de investimentos se remete a inclusão do Plano de Metas representando uma vasta inserção de capital que se originou no excesso na capacidade produtiva, de tal forma que diminuía a necessidade de novas inversões refletindo para os demais setores e expondo a crise do período (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2011).

Segundo Lacerda, *et. al.* (2011), o lócus do setor de produto de bens de consumo duráveis se defrontou com adversidades, visto que a demanda não prosperava. A demanda retraída que o PSI (Processo de Substituição de Importação) buscou alicerça se esvaiu de maneira precoce, por causa da elevada concentração de renda no país junto à baixa renda *per capita*.

A visão estagnacionista retratava a exaustão da atuação do PSI na diminuição das taxas de crescimento do produto. A indústria de substituição por importações inclina-se a esbarrar em adversidades no decorrer do longo prazo. Isto é, o coeficiente de importações semanuava a dimensão da substituição. Contudo, a pauta de importações tornou-se rigorosa, assim, a substituição reivindicava a inserção de tecnologia e aportes financeiros com retorno decrescente. A demanda nessa contextualização se assentava pelo surgimento de setores novos a ser substituídos deterem ganhos de escala cada vez mais abundantes, como resultado, uma demanda crescente. Portanto, esses setores novos eram dependentes da denominada

demanda derivada, quer dizer dependem da demanda de demais setores acarretando demanda primária que é ligada indubitavelmente a população consumidora. Com o desenvolvimento PSI sendo monopolizador, o mercado não cresce devidamente para proporcionar novos investimentos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2011).

Outra face que pode ser abordada com foco estruturalista discutida por Celso Furtado para a morosidade no crescimento econômico de 1963-1965 nas suas literaturas clássicas *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Lática* (1966) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), sendo as nomeadas teses estagnacionistas. Furtado relata que na visão das econômicas capitalista desenvolvimentistas é estabelecido pelo aumento da produtividade, além das inovações tecnológicas, por conseguinte, concede as exigências salariais dos colaboradores, e garantir os lucros dos capitalistas. A substituição por importações no Brasil foi inserida com a mesma face dos países centrais a partir da produção de mercadorias, conquanto, alinhada a realidade do país, por meio de bases técnicas e recursos produtivos, agregadas nestes produtos e nos bens de capital que eram tragos via importação. A problemática inseria nesse arcabouço pelos países periféricos é esmiuçada por aderir tecnologia poupadora de mão de obra, ainda mais a alta intensidade de capital, em contraste com o ínfimo nível de acumulação de capital, como também a vasta pluralidade de mão de obra nos países subdesenvolvidos. Nesse sentido o PSI suporta poucos trabalhadores, pagos por baixos salários e incapaz de nutrir o seu próprio mercado consumidor. Esta situação tende a piorar pelas peculiaridades dos monopolistas das empresas que estabelecem na periferia do sistema, de tal modo que o grande volume de capital investido no país devido à primorosa tecnologia, bem como a operação com distintas escalas de produção, em sentido oposto, a simplicidade dos mercados subdesenvolvidos. Acarretando para a demasiada capacidade ociosa e presença de preços altíssimos, concluindo assim, a centralização de renda que vigora no Brasil e depreciando o mercado consumidor.

Celso Furtado ainda salienta que a economia da nação nos anos 60 demonstrava características de profunda extenuação pelo processo de substituição de importação a partir disso, se deslocando para a estagnação. Dessa forma, o domínio das elites conservadoras, que praticavam um processo arcaico na estrutura agrária por meio de técnicas irregulares, consequentemente exaurindo a fertilidade da terra. Como resultado, os preços alarmantes dos produtos advindos da agricultura e na expectativa de vida da população reduzida. Esta discricção da situação economia e social só seriam palpáveis reverter por uma profunda

mudança no âmbito político que outorgasse o desenvolvimento da nação norteada para a população.

Lacerda, *et. al.* (2011), expõe que conjuntamente os fatores estruturais já descritos atuavam, além disso, questões conjunturais, por exemplo, a ascendência inflacionária, que deteriorava o poder de compra dos trabalhadores atrelado a isso, a redução da demanda por bens não duráveis, bem como a política anti-inflacionária recessiva do Plano Trienal. Ainda mais, a política economia restritiva para controlar a inflação, ou seja, controle de gastos públicos, combate à exacerbada política monetária e restringir os limites para o crédito. Aliado também, aos problemas oriundos do clima que reverberam no setor agrícola e à própria geração de energia que contextualizam os problemas ligados aos fatores conjunturais vigentes no período para o desaceleramento econômico.

1.2 Plano Trienal

Carlos Eduardo Sarmiento descreve que as dificuldades econômicas que o Brasil presenciava como: gerenciamento de contas públicas e dos contratos externos, ao término de 1962 foi formalizado um novo método de orientação para a política economia do governo. Elaborado por uma equipe encabeçada pelo ministro extraordinário do Planejamento, o economista Celso Furtado. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social buscou firmar regras e instrumentos rígidos para o combate frente ao crescimento inflacionário e controle do déficit público. A descrição do Plano se acentuava bem mais próximo da ótica ortodoxo balizada pelo controle inflacionário do que sobre as visões alternativas tratadas pela Escola Cepalina, no qual Furtado era tido como referência.

Lafer *et. al.* (1987), descreve os objetivos econômicos do Plano Trienal frente às dificuldades que vigoravam a partir de 1962, já supracitadas. À elaboração desse Plano era uma tentativa de manter o retrato econômico vigente a priori entendido entre 1957-1961 com grande desenvolvimento econômico, de tal forma que o processo de substituição de importação era presente, como resultado o Brasil crescia o PIB à taxa média de 6,9% ao ano. “Entretanto, o ano de 1962 havia apresentado um crescimento relativamente menor, em torno de 5%, já anunciando, dessa forma, o período de relativa estagnação que então se seguiria” (LAFER *ET. AL.*, 1987, p.52).

O âmago do Plano era retratado como uma forma gradualista, visto que a inflação seria combatida a partir do déficit público e das emissões. Visto que “[...] o processo inflacionário, com o ano de 1962 apresentando um crescimento do nível geral de preços à taxa recorde de 51% [...]” (LAFER *ET. AL*, 1987, p. 52). Assim almejando a taxa inflacionária de 10% ao ano para 1965, em que 1963 a meta era estipulada de 25%, em conjunto com uma taxa de crescimento 7% ao ano e uma política de distribuição de renda. Acima de tudo, Brasil (1962), a inflação manifesta-se como objetivo primordial, de forma que cabe à questão de indagar-se por que causa a relutância em inibi-la, o mais breve possível. “A razão está em que o mais importante de todos os objetivos – a manutenção de uma elevada taxa de crescimento do Produto – poderia ser comprometido por uma deflação brusca”. (BRASIL, 1962, p.18). Portanto, nesse contexto o Plano não afetaria o panorama desenvolvimentista. Isto é, tratava-se de um mecanismo econômico cuja finalidade era garantir o financiamento para o governo em detrimento do desenvolvimento nacional – as prioridades para o planejamento em investimentos públicos estavam pertinentes ao que constava nos itens da agenda nas reformas de base – ademais, que o financiamento deveria originar-se com o aumento das exportações, investimentos externos e da inserção de novas medidas tributárias, haja em vista, impostos específicos para pessoas com altas rendas.

Sarmiento e Miranda (2011) introduzem a importância de San Tiago Dantas, empossado em janeiro de 1963, primeiro-ministro presidencialista de Jango, que ficou a cargo de administrar as questões simples referentes ao Plano Trienal em profundo alinhamento com as necessidades políticas e orçamentais do governo. Com a finalidade de buscar uma renegociação da dívida brasileira com um déficit na balança de pagamento na ordem de 393 milhões de dólares. Após proceder com as negociações o então ministro da Fazenda conseguiu um acordo para custear a dívida juntamente ao FMI (Fundo Monetário Internacional). A priori foram liberados 84 milhões de dólares para ação imediata, contudo, o restante do valor só seria liberado mediante o encaminhamento das reformas.

Sarmiento diz que o sufoco pelas recorrentes pressões políticas de sua base trabalhista e conseqüentemente os resultados pífios para inibir a inflação. Goulart concede a retomada de programas de subsídios às importações e implantou o processo de renegociação de salários em inúmeras categorias. Por esse fato o presidente cedeu os rigorosos mecanismos de controle de emissão e do déficit público optado pelo Plano Trienal, em busca de uma política econômica mais maleável e permissiva.

Sarmiento e Miranda (2011) apontam que desconsiderando o acordo feito junto ao FMI que fora de 40% de ajuste para o setor trabalhista, o governo proporcionou um aumento de 56,25% para o salário-mínimo, como também, aumentou os salários dos funcionários públicos em torno de 60%. Rapidamente as medidas que foram adotadas, e no primeiro semestre do ano de 1963 as contas públicas demonstravam um déficit de 30% para com as despesas do governo. Em virtude disso, o PIB sofreu um recuo que no ano de 1962 era de 6,6% na média, passando para o ano subsequente com valores de 0,5% nos primeiros quatro meses do ano. A sinalização de recessão econômica em junho analisado pelo FMI preocupava, sobretudo, pelo país não conseguir honrar seus compromissos internacionais. Por causa da adoção desse método o Plano Trienal se tornou obsoleto pela inflação que fechou a 25% nos primeiros cinco meses de 1963, e pela emissão de papel moeda devido ao aumento dos salários.

Miranda (2011) sintetiza que o início da década de 60 conviveu com uma sonora crise no processo de acumulação de capital, tornando inviável o pacto estabelecido, durante o governo de Kubitschek, dentre os diversos blocos existentes do capital, sendo gradativamente, as relações entre o capital e amparo do Estado populista. Conjuntamente à crise de acumulação transformou-se, então, numa crise do Estado frente à dominação. Que causou os problemas econômicos vigentes na época e pela instabilidade instaurada pelas instituições políticas naquele tempo. Lafer *et. al.* (1987, p.68) afirma que “[...] o Plano Trienal não alcançou realmente os seus objetivos de promover o desenvolvimento e vencer a inflação. Mas sua contribuição foi ponderável na parte em que ele se propôs a intensificar o esforço de planejamento do país”.

Lafer *et. al.* (1987), ainda menciona que o planejamento é um processo contínuo que ao longo do tempo está sujeito há algumas readaptações e correções frequentes para poder ter em conta as devidas mudanças mediante às condições estabelecidas no primeiro momento, além das experiências que devem ser levadas em conta, que o próprio processo do planejamento vai disponibilizando com o decorrer do tempo.

2. ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1964-67

2.1 Aspectos Gerais do Panorama Econômico

Tabela 1.1: Indicadores Fiscais no Brasil – 1964-1967

(médias por período -% do PIB)

Despesa Primária								
Governo Federal							Carga Tributária	Saldo Primário
Período	Consumo	FBKF	Total	Estados	Municípios	Total		
1964-67	7,9	4,3	12,1	7,8	1,8	21,7	19,4	-2,3

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

À frente Giambiagi *et. al.* (2005) em meio o panorama político econômico da época, a estratégica que estava sendo seguida alicerçava-se por meio da estabilização junto à reforma tributária, de forma incisiva, ou seja, elevando a carga tributária da economia a contar de 1964, o desempenho econômico é retomado, entretanto, crescendo de forma morosa no período 1964-67, sendo (4,2% ao ano.), particularmente entre 1964-65 (2,9% a.a.). Efetivamente a delimitação fiscal e monetária no período, acarretou o PAEG o não cumprimento frente às metas estabelecidas: a inflação Índice Geral de Preços (IGP) obteve 92% em 1964, 34% em 1965 e 39% em 1966, contudo as metas estabelecidas pelo Plano eram, respectivamente, 70%, 25% e 10%. Embora, o ajuste fiscal estabelecidos no PAEG a partir das metas não tenha sido alcançado a rigor para as receitas e despesas, por outro lado, os déficits apurados ficaram adjacentes para o biênio 1964-65.

Tabela 1.2: Economia Brasileira – Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1964-1967
(médias anuais por período)

Indicadores	Médias 1964-67
Crescimento do PIB (% a.a.)	4,2
Inflação (IGP dez./dez, % a.a.)	45,5
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,5
Taxa de crescimento das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,1
Taxa de crescimento das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	2,7
Balança comercial (US\$ milhões)	412
Saldo em conta corrente (US\$) milhões	15
Dívida externa líquida/Exportação de bens	2,0

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX. Elaboração própria.

O nível da taxa de câmbio real, atrelado ao ínfimo crescimento da economia nos anos de 1964-65 (média anual de 2,9%), favoreceu o acréscimo dos saldos comerciais, esclarecido tanto pelo aumento das exportações (24% acumulados no período de 1964-66), quanto pela contração nas importações (27% no biênio 1964-65.) Esses dois fatores voltaram a ampliar-se a partir de 1966, alicerçado pelo fomento da atividade econômica. O excedente do balanço de pagamento (BP) foi amparado pela entrada de capitais voluntários (investimentos diretos, basicamente), como também de empréstimos de regularização. Esses empréstimos representam a contingência que ocorreu no período compreendido entre 1964-67 ocorrendo superavit, sendo que sem essa inserção o ano de 1965 terminaria em deságio. Em relação à reforma financeira do PAEG os efeitos foram tardios, pois, só se vislumbraria ao longo dos anos que se seguiram. No curto prazo o efeito mais explícito foi a efetivação da dívida pública na nação, agilizando, de forma perene o financiamento não monetário dos déficits governamentais (GIAMBIAGI *ET. AL.*, 2005).

Tabela 1.3: Taxas de Crescimento dos Meios de Pagamento (M1) e do Crédito no Brasil 1964-1967

(médias por período - % do PIB)

Período	Valorização nominal				Valorização nominal (pelo IGP)			
	M1	Crédito ao Setor Público	Crédito ao Setor Privado	Crédito Total	M1	Crédito ao Setor Público	Crédito ao Setor Privado	Crédito Total
1964	81,6	97,6	80,3	87,5	-5,5	2,9	-6,2	-2,4
1965	79,5	70,0	57,5	63,0	33,7	26,6	17,3	21,4
1966	13,8	19,7	33,6	27,2	-18,2	-14,0	-4,0	-8,5
1967	45,7	16,3	57,3	39,7	16,6	-6,9	25,8	11,7
1964-67	52,5	47,1	56,3	52,7	4,8	1,1	7,4	4,9

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Os objetivos de ampliação nominal dos meios de pagamentos fixos pelo governo excederam em 1964-65, e ainda do crédito ao setor privado nos anos que seguiram o PAEG. Conquanto, as metas de inflação foram também suplantadas – visto que a inflação corretiva e o crescimento do M1 (papel moeda em poder do público + depósitos à vista nos bancos comerciais), bem como o crédito – a expansão real dos meios de pagamento e do crédito privado se alternou consideravelmente, dado que em 1964 e 1966 foi negativo, apesar do resultado satisfatório em 1965. Por conseguinte, a concertação no segundo semestre do ano, possibilitou tal expansão, em virtude do forte estreitamento monetário inserido até 1965, como resultado o ínfimo crescimento econômico do PIB (2,4%) no período 1964-67(GIAMBIAGI *ET. AL.*, 2005).

Ao descrever a literatura Giambiagi *et. al.* (2005), salienta que a política salarial do Plano também foi limitada, pois a fórmula de correção aliado com o período de referência para o cálculo do salário real. Giambiagi *et. al.* (2005, p. 80) comenta que “O mecanismo de correção pela média, em vez de pelo “pico” do salário real, é coerente como estratégia para conter o conflito distributivo que mantém ativa a espiral preços-salários”. Com isso o ajuste pelo pico recompõe plenamente a inflação acumulada desde o último reajuste, realocando a renda dos lucros para os salários e propiciando recentes demandas de correção de preços pela ótica do setor empresarial. Mas também a correção pela média do salário real fraciona o ônus da inflação entre o empresário e o colaborador, isto é, favorece o enfretamento distributivo, desde que o cálculo que será desenvolvido seja aceito por ambas as partes. Nessa ótica, a escolha do período, ademais o comportamento da inflação nesse espaço de tempo é primordial para efeito do cálculo do salário real. Ainda mais, como o valor do salário nominal é fixo dentre duas datas para o reajuste (um ano, na maioria dos casos), na assiduidade da inflação o salário real detém a perde poder de compra ao longo do período, assim, se o período supracitado for de estabilidade, o valor relativo dos salários e dos excedentes será equilibrado. Posto que o período a inflação seja reduzido, a indexação retroativa irá reverberar em ganho para os salários reais, sendo mais elevados no contexto até da inflação estável. Portanto, se o espaço de tempo analisado for de elevação da inflação, ocorrerá no ágio para os lucros, pois a média do salário real se tornará achatada em analogia aos demais cenários.

Giambiagi *et. al.* (2005), introduz o contexto econômico desenvolvido acima que foi utilizado para alicerçar o Plano que se balizou nos dois anos anteriores às datas do reajuste para referência. Conforme fosse designado o período do reajuste que se disseminaria por parte do ano de 1962, o ano de 1963 em sua totalidade e os primeiros meses de 1964. O PAEG nesse sentido se defrontou com uma alta inflacionária ocasionando na penalização dos salários reais em detrimentos dos lucros. Assolando não apenas as restrições impostas em 1964, mas prolongada por toda constância do PAEG, pois o autor afirma que:

(1) em 1965, a média dos dois anos anteriores incluía o ano de 1964, que ainda manteve a tendência de alta da inflação; (2) a partir de 1966, um Decreto Lei (no 15) determinou que as correções salariais fossem calculadas com base na inflação prevista pelo governo (10% em 1966), que foi superada pela inflação efetiva naquele ano (39,1%); (3) o aumento devido à produtividade não era integral, mas equivalente a dois terços da taxa de crescimento da produtividade estimada pelo próprio governo, sempre de forma conservadora. Esse efeito distributivo negativo sobre os salários foi também, em parte, a contrapartida das correções de preços relativos (incluindo impostos e câmbio) consideradas necessárias para estancar o processo inflacionário na época. (GIAMBIAGI *ET. AL.*, 2005, 2006, p. 81).

Dessa forma, as pressões inflacionárias ocorridas no período, sobretudo, pela demanda e custos, que foram diagnósticas no PAEG, resultaram no combate desse fenômeno, por meio das políticas monetária, salarial restritiva e fiscal. Embora, o sucesso do Plano foi em partes comprometido pela ampliação de custos básicos como, por exemplo, impostos, tarifas públicas dentre outros. Não só..., mas também, o PAEG foi introduzido, a fim de atenuar os custos vigentes à época frente ao combate à inflação, e daqueles que deveriam ser reajustados ou preservados. No primeiro momento estavam os salários reais, no seguinte os itens que estavam presentes eram os da cartilha do governo, as tarifas das empresas estatais e os ganhos reais do setor financeiro e rentistas. Logo, além do caráter principal de combate à inflação, a política do Plano também culminou em outras vertentes macroeconômicas, auxiliando no ajuste fiscal e externo da economia do país (GIAMBIAGI *ET. AL.*, 2005).

2.2 Normatizações do PAEG

Abreu *et. al.* (1989), e disserta sobre o golpe miliar ocorrido em 1964 que destituiu o então Presidente da República João Goulart, assumindo então o cargo o marechal Castelo Branco. Em seguida em meados de novembro o ministério da economia composto por Campos e Bulhões, por essa ordem Planejamento e na Fazenda, desse modo foi elaborado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

O âmago do programa desenvolvido se fundamentada por: (I) acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico no país, visto que foi interrompido nos anos de 1962-63; (II) atenuar progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964-65, buscando um equilíbrio de preços desde 1966 em diante; (III) mitigar as oscilações econômicas setoriais e regionais, dado que as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, sobretudo, por melhores condições de vida; (IV) assegurar, por meio da política de investimentos, possibilidade de emprego produtivo à mão-de-obra que constantemente aflui no mercado de trabalho; (V) reparar os déficits desordenados do balanço de pagamentos, que inibem o contínuo processo de desenvolvimento, dado o estreitamento periódico da capacidade de importar (ABREU *ET. AL.*, 1989).

Para a conclusão do planejamento, os seguintes instrumentos de ação: Política Financeira - (I) política de austeridade do caixa governamental, que paulatinamente atenua a pressão inflacionária, acarretando no fortalecimento da poupança nacional em detrimento da coordenação do consumo e das transferências do setor público e no avanço da composição da

despesa; (II) política tributária, engajada em fortalecer a arrecadação junto ao combate à inflação, estimulando a poupança e alinhando as distorções de incidência, como também mitigar as disparidades sociais e remanejar os investimentos; (III) política monetária, embasamento na progressão de estabilização de preços, evitando, entretanto, ao retraimento do nível de atividade econômica produtiva, bem como a redução da poupança das empresas, (IV) política bancária, com caráter de fortificação do sistema creditício, coordenando às necessidades do combate à inflação e de estímulo ao desenvolvimento: (V) política de investimentos públicos, compreendida por meio da prosperidade da infraestrutura econômica social da nação, a fim de minimizar os desequilíbrios regionais e setoriais (ABREU *ET. AL.*, 1989).

A Política Econômica Internacional, abrangendo: (I) política cambial e de comércio exterior, buscando a pluralidade das fontes de suprimentos, além do fomento as exportações, de tal modo que viabilizar as absorções dos cernes setoriais que detém capacidade ociosa e compelir o desenvolvimento econômico, com domínio de pagamentos no longo prazo; (II) política de consolidação da dívida externa e de restabelecimento do crédito no Brasil para as demais nações, assim que aliviasse as pressões atreladas no balanço de pagamento a curto prazo; (III) política de fomento ao ingresso de capitais internacionais e de presença constante da cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com os demais governos, primordialmente com o sistema multilateral da Aliança frente o Progresso, isto é, agilizasse o desenvolvimento econômico no Brasil (ABREU *ET. AL.*, 1989).

A Política de Produção Social, entende-se: (I) política salarial, se alicerça na participação dos trabalhadores em detrimento do desenvolvimento econômico, contudo que permitisse a conciliação do combate à inflação, a partir da ótica da procura e dos custos, e que respaldasse a capacidade da poupança da nação. (Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (MPCE), 1964 p. 15-16).

Com o fim de propiciar veementemente a manutenção, ou da recuperação, das taxas de crescimento da economia. O confronto frente a inflação, decerto que se qualificava no instituto de não atrapalhar fluxo da atividade produtiva. Em virtude disso, Abreu *et. al.* (1989, p. 215)

A restrição do balanço de pagamentos era diagnosticada como seria limitação ao crescimento. Para superá-la, o PAEG propunha uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, promovendo a integração com os centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano da Aliança para o Progresso.

A regulamentação, ou crescimento da poupança da economia está traçada em todos os níveis ao êxito no embate contra a inflação, manifestando uma visão da heterodoxia que implica a inflação com a poupança involuntária. Tal seguinte fica evidente a partir das bases do programa desinflacionário. A inflação que assolava o território nacional da incongruência da política distributiva, frente o acerbamento em duas vertentes: (I) no dispêndio do governo acima a retirada de poder de compra do plano privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos; (II) a contraposição entre estar propício ao consumo decorrente da política salarial juntamente a propensão a investir, congruente à política de amplificação de crédito às empresas. Nesse contexto esmiuçado as causas que norteiam a inflação brasileira: “os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em propensão superior à do aumento de produtividade.” (MPCE, 1964, p. 28). Essas consequências reverberam inegavelmente à expansão dos meios de pagamentos, logo disseminando a inflação. Ou seja, a amplificação monetária não é um fator autônomo de pressão inflacionária sendo o vetor que possibilita a vigência das pressões (ABREU *ET. AL.*, 1989).

Em atribuição do diagnóstico supracitado se vislumbravam três importantes normas para o programa desinflacionário: (I) limitar os déficits do governo, a fim de cortes nas despesas não primárias e racionalizar o sistema tributário; (II) alargamento dos salários reais em prol do aumento da produtividade, e conseqüentemente do frenético desenvolvimento econômico; (III) política de crédito para as empresas, isto é, de modo organização, porquanto inibir a excessiva procura por inflação, mas razoavelmente pautada para alinhar-se à inflação de custos (ABREU *ET. AL.*, 1989).

2.3 Além da Ortodoxia

À frente Abreu *et. al.* (1989), diagnóstica que a inflação vigente se alicerça frente a demasiada expansão monetária. Isto é, a excessiva disponibilidade moeda e crédito resultam na inflação, além disso, que a expansão monetária é caracterizada por pressões generalizadas de demanda associadas pela sobreposição monetária. Visto que para os agentes econômicos entende-se que a ampliação monetária é decorrente da justaposição da demanda real. Por sua vez, a demanda real é moldada na teoria quantitativa da moeda ou algo análogo. O cerne da questão monetária é que o nível da taxa de crescimento e produto são ponderados como independentes da taxa de expansão da moeda. Esta neutralidade da moeda inabilita quaisquer funcionalidades da inflação, logo a inflação é apenas moeda em abundância.

A avaliação feita por parte da ortodoxia salienta três causas, ancoradas por: excessiva intervenção governamental, incompetências e clientelismo populista. Todas essas pontuações se encontram no excesso do dispêndio do governo frente a receita, bem como o financiamento deste déficit orçamentário por meio da emissão. Abreu *et. al.* (1989, p. 225), discorre sobre “A inflação, distorcendo o sistema de preços relativos e aumentando o grau de incerteza do sistema, é, assim, consequência da intervenção do governo na economia que perturba o bom funcionamento do sistema de mercado e impede a alocação eficiente de recursos” (ABREU *ET. AL.*, 1989).

A fim de conter a inflação a ortodoxia introduz que as políticas monetária e creditícia devem-se atenuar a hiperbólica disseminação da moeda na economia, desse modo, ponha fim ao estado que se encontra o país mediante a demanda. Com a expansão monetária excessiva, segundo estudo ortodoxo, é o déficit orçamentário do Tesouro, é evidente que uma construção de uma política fiscal restritiva. Pois, a austeridade nos dispêndios do governo, além de auxiliar na política monetária, como também de abrandar as pressões de demanda, visto que as despesas do governo são fundamentalmente provedoras de distorções na economia (ABREU *ET. AL.*, 1989).

Na ótica ortodoxa expressa por Abreu *et. al.* (1989), que vigora pela liberalização, bem como o caráter não-intervencionista continua a interpretar as barreiras enfrentadas no balanço de pagamentos e nas recomendações para tentar supri-las. Tais obstáculos são compreendidos como consequência de uma política tarifária protecionista, e ainda uma política cambial intervencionista. De tal modo que essas políticas, fortalece uma indústria ineficiente, além da incapacidade de competir no mercado mundial e sujeito as importações de bens intermediários e de capital.

O saldo negativo na balança comercial em termos de produtos manufaturados não se pode recompor somente pela exportação de produtos primários convencionais, porquanto, no ensaio da política cambial de amparar a indústria, isto é, manter a taxa de câmbio sobrevalorizada, dessa maneira reprimindo o fluxo primário-exportador. Nesse âmbito externo a ortodoxia discorre pelo liberalismo, apontando o câmbio “realista;” e encolhimento da proteção tarifária à indústria oligopolista inapta (ABREU *ET. AL.*, 1989).

Na esfera trabalhista a excessividade de moeda reverbera um estado de demanda abundante, que se retrata no mesmo. O fomento da economia pressiona o mercado de trabalho, ainda mais a redução da taxa de desemprego a níveis inferiores da taxa natural. Em

virtude disso, os salários nominais começam, em detrimento do panorama econômico vigente a eleva-se mais vertiginosamente do que o nível geral de preços, logo se convertendo em fonte para pressões inflacionárias. Todavia, a visão ortodoxa compreende todos os demais mercados – principalmente os competitivos, sem fricção e em sublime equilíbrio – sendo que o mercado de trabalho surgir como causa das complexidades enfrentadas no combate à inflação. Ao passo que os sindicatos interferem de forma rígida no remanejamento das forças de mercado permanecendo as pressões inflacionárias em detrimento dos salários, contudo o fim das pressões por demanda se faz presente a partir de uma correta política monetária conduzida pelo governo. Desse modo, a razão da resistência da inflação após a adesão dos métodos de política fiscal e monetária, quando o estado contracionista da economia já não permite persistir na análise da excessiva generalização de demanda. Haja vista, o mercado de trabalho junto à fixação de preços dos sindicatos típicos são retratados como cerne das dificuldades do programa de estabilização. Uma vez que, as alegações supracitadas a inflação causam recessão e desemprego. Ao alinharem os excessos das políticas monetária e fiscal, todos os mercados se harmonizam momentaneamente às novas diretrizes econômicas. Exceto, o mercado de trabalho juntamente aos sindicatos mantém os salários reais acima do nível compatível com balanceio não-inflacionário (ABREU *ET. AL.*, 1989).

Em princípio, à versão mais recente do monetarismo que se baseia nas expectativas racionais e à macroeconomia dos mercados me estado de equilíbrio (*equilibrium ou market-clearing macroeconomics*). Segundo Abreu *et. al.* (1989, p.227):

Esta vertente da ortodoxia econômica assume uma postura mais radical e mais coerente. Também o mercado é encarado como em permanente equilíbrio. As políticas monetária e fiscal são impotentes para afetar qualquer variável real da economia, seja o nível de atividade, seja o nível de emprego. A única medida a ser seguida para obter estabilidade de preços e evitar o excesso de oferta monetária através da adoção de uma regra para a expansão da moeda e do crédito.

A restrição da liquidez reverbera no desemprego, que, no caso sendo voluntário não deve ser tratado como custo. Os desmembramentos do mercado, alavancam, portanto, as empresas com menor índice de eficiência a deixarem o mercado, enquanto persistem aquelas que são capazes de fazer frente a essas oscilações (ABREU *ET. AL.* 1989).

Abreu *et. al.* (1989), descrevia, em linhas gerais que o PAEG, não foi um programa puramente ortodoxo. O escopo demonstrava demasiadamente preocupações com as correções das taxas de crescimento e, por conseguinte, alguma compreensão com a inflação, que deve ser extinguida de forma gradualista. Apuração feita indicava pela contraposição

dentre as parcelas reivindicadoras pelo governo, pelas empresas com o intuito de investimento e pela esfera dos trabalhadores para o consumo, por causa da inflação. “A expansão monetária, segundo o PAEG, apenas sanciona a inflação decorrente de tal inconsistência da política distributiva” (ABREU *ET. AL.* 1989, p. 228). O consenso que baliza o PAEG é reconhecer a presença das pressões inflacionárias e que podem ser solucionadas pela contenção da taxa de ampliação dos meios de pagamento, decerto pela política creditícia do PAEG.

3. REFORMAS INSTITUCIONAIS DO PAEG

3.1 Reforma Salarial

Em sua literatura o autor Abreu *et. al.* (1989), discorre que o PAEG foi um programa estratégico visado para a combate à inflação categoricamente heterodoxo. O plano se alicerçava na busca gradual de combate à inflação. Sendo metas estabelecidas para os anos de 1964, 1965 e 1966 eram respectivamente de 70%, 30% e 15%, além de um crescimento econômico por volta dos 6% ao ano. O PAEG tinha uma política salarial precisa, que deveria se fundamentar em três pontos básicos: “(I) manter a participação dos assalariados no produto nacional; (II) impedir que reajustamentos salariais desordenados realimentem irreversivelmente o processo inflacionário; (III) corrigir as distorções salariais, particularmente no Serviço Público Federal, nas Autarquias e nas Sociedades de Economia Mista” (MPEC, 1964, p. 83).

Em sua obra Abreu *et. al.* (1989), *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*, o autor destaca que até, 1930 no país não existia uma política salarial oficial, assim, se propiciando a doutrina “liberdade de trabalho”. Já em 1931, foi introduzido o Departamento Nacional do Trabalho e criado a regulamentação da sindicalização dos trabalhadores e empregadores. Após alguns anos em 1940, o salário-mínimo foi constituído, cuja os preceitos só foram concluídos em 1943. Durante o Governo Dutra, de 1946-1950, o salário-mínimo foi congelado perdendo poder de compra de 30%. Dentre os anos de 1951-1954, no segundo mandato de Vargas, salário-mínimo sofreu um reajuste duas vezes, e em 1954 já apresentava duas vezes e meia o salário contemplado em 1946, em termos reais. De 1955-1960, encabeçado pelo Governo de JK, apesar redução inflação, houve um ínfimo ganho no salário-mínimo, entretanto, no período seguinte entre

1961-1964, durante os Governos Quadros e Goulart, não obstante dos reajustes mais assíduos, o salário-mínimo real se deteriorou em 20% aproximadamente.

Em 1965, a Circular nº 10 do ministro extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil definiu a forma do reajuste salarial da Administração Pública Federal, que era orientado para os governos estaduais e municipais. Essas normas que em 1966 foram prolongas aos casos de dissídios no setor privado e apenas em junho de 1968 vieram a mudar, eram as seguintes: (I) deveria recriar o salário médio real mediante os últimos 24 meses anteriores ao mês do enquadramento; (II) o salário real médio, incidiria sobre a taxa de produtividade; (III) cumprimento da metade da inflação esperada pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário); (IV) ficaria determinado o princípio do reajuste ao ano (ABREU *ET. AL.* 1989).

Abreu *et. al.* (1989), com as iniciativas sindical contidas e as greves proibidas o governo julgava as causas essencial frente aos sindicatos, isto é, o poder de barganhar dos sindicatos se viu obsoleto. As intermediações feitas entre empregador e colaboradores foram moldadas, a fim de seguir as diretrizes fornecidas pelo governo. Abreu *et. al.* (1989), introduzir que: “Como a fórmula, ao invés de recompor o pico de salários real alcançado à época do último reajuste, corrigia os salários na justa medida para recompor o salário real médio nos últimos 24 meses [...]”, portanto, o salário real mínimo, a seguir em março de 1965, havendo um recrudescimento em 18% com relação ao seu valor em fevereiro de 1964, quando fora pela última vez reajustado.

Com a possibilidade de “resíduo inflacionário”, isto é, da inflação para o próximo ano, que adentraria na fórmula do reajuste salarial, era o panorama oficial que consistentemente abaixo à inflação que ocorreu efetivamente, o salário-mínimo real médio era corroído. O nivelamento do salário-mínimo real reestruturado pelo reajuste, logo, também sofreu um decréscimo. Ao ano de 1964 especificamente em fevereiro o indicador para o salário-mínimo era de 126; em março de 1965, devido ao primeiro reajuste dado a fórmula, o índice sofreu uma queda para 103; em março de 1966 foi reduzido para 91 e em março de 1967, acarretou uma nova redução para 83 (ABREU *ET. AL.* 1989).

Os desdobramentos frente a política salarial em detrimento do salário-mínimo real médio anual foram expressivos. Sendo que o índice sobre o salário-mínimo real médio se depreciou em sete 7% em 1965, quando foi inserido a fórmula salarial, e em 1966, uma vez mais, reduziu em 7%. Aos anos que se seguiram, os índices continuaram em decréscimo, mas

de forma morosa. Os efeitos da política salarial se disseminaram, todavia, a reduzir o salário-mínimo médio. O indicador do salário anual médio das pessoas que trabalham em meio a produção da indústria de transformação também sofreu baixas em aproximadamente 7% em 1965, atrelado a queda do salário real médio (ABREU *ET. AL.* 1989).

Segundo os dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos), o indicador de salário anual real médio em 1967 estava aproximadamente em 9% abaixo do índice de 1965, conquanto, da não presença de dados para 1966, como também a queda do salário real médio na indústria de transformação seguiu o decréscimo do salário-mínimo. O levantamento feito a partir da deflação dos custos de vida pela FGV (Faculdade Getúlio Vargas), na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo, pela primeira cidade, tratam que a queda do salário real médio na indústria de 1965-1967, foi inferior a esmiuçada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). De qualquer modo, os três indicadores apontam encurtamento do salário real médio na indústria de transformação dentre 1965-67 (ABREU *ET. AL.* 1989).

3.2 Reforma Tributária

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011), comentam sobre o PAEG é sua iniciativa frente a reforma tributária no período incorporando a correção monetária no sistema tributário, a fim de reduzir as distorções economias. Modificando a configuração do sistema tributário, pois seria transformado o imposto cascata (que incidem por meio de cada transação sobre o valor total), em impostos sobre o valor adicionado.

A criação de alguns impostos nesse período como: (I) IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados); (II) o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias); (III) ISS (Imposto sobre Serviços). A ótica dessa alteração no arcabouço econômico faz romper o fomento até então presente à integração vertical da produção e facilitar o manuseio dos impostos como ferramenta de política em prol do desenvolvimento e de diminuição de distorções, ao consentir as distintas alíquotas e viabilizar a concessão de isenções e incentivos fiscais às atividades particulares (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2011).

Á frente Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011), após a redefinição do espaço tributário dentre as esferas governamentais. A União ficou a cargo do IPI, o Imposto de Renda, os impostos únicos, o Imposto Territorial Rural (ITR) e os impostos de comércio exterior. Os Estados por sua vez, ficaram com o ICM, já os municipais, com o ISS e o IPTU

(Imposto Predial e Territorial Urbano). Ainda mais, “[...] foram concebidos os fundos de transferência intergovernamentais: o Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios, que se baseavam em parcelas de arrecadação do IPI, do IR e do ICMS (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2011, p. 379). As características frente a alocação dos recursos se balizam na área geográfica, na população e no inverso da renda per capita, em virtude de beneficiar estados pobres, bem como as decisões que ocorreram sobre a legislação tributária, além disto a definição das alíquotas dos impostos das demais esferas, na busca de exaurir a guerra fiscal.

Mas também o nascimento de fundos parafiscais, como, por exemplo, o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o PIS (Programa de Integração Social), que constituem notáveis fontes de poupança compulsória, norteadas ao setor público. Portanto, esses fundos vieram compensar alguns aspectos existentes na legislação trabalhista: o conceito da estabilidade do emprego e participação no lucro. A nomeada inflação corretiva, uma política tarifária que possibilitou as empresas de vertente estatal geradoras de excedentes líquidos de recursos (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2011).

Ao passo que Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011), relata as primordiais consequências da reforma tributária no plano econômico foram a ampliação da arrecadação e uma grande concentração tanto da arrecadação como das medidas de política tributária, submetendo os estados ao governo central. Sendo assim, a receita atrelada a criação de órgãos do lado da administração direta, a partir da disseminação dos gastos, com maior incidência de maleabilidade operacional.

3.3 Reforma Monetária-Financeira

Conforme Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011), primeiramente o escopo dessa reforma eram criar um cenário de forma independente da política monetária e conduzir os recursos nos montantes e condições suficientes às atividades econômicas. Essas reformas se fracionaram em quatro blocos de medidas:

- (I) Instituição da correção monetária e criação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). O preâmbulo da correção monetária convertia sem sentido a Lei da Usura –que inabilitava taxas de juros nominal superiores a 12% a.a.– desabilitando inúmeras desvantagens do sistema financeiro. Ao sancionar exercitar taxas de juros reais positivas,

fomentava a poupança e o crescimento da capacidade de financiamento econômica. Ao conceber as ORTNs (títulos pós-fixados de longo prazo), cuja alternância determinava o indicador de correção monetária, tendo como meta dar credibilidade e facilitar o desenvolvimento de um mercado para títulos públicos que se disponibilizou ferramentas de financiamento anti-inflacionárias do déficit público, ainda mais possibilitando os procedimentos de mercado aberto, vislumbrando o controle monetário. Essa última intenção só se desenvolveu de fato a partir de 1970, com a criação das LTNs (Letras do Tesouro Nacional), portanto, as características das ORTNs, obstruíam as ações de mercado aberto, que ser efetuadas com títulos prefixados de curto prazo.

- (II) Lei nº 4595 – criação do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do Bacen (Banco Central do Brasil). A partir dessa lei em vigor tinha por objetivo que a política monetária fosse seguida de forma independente. O CMN sucede o Conselho da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito e passou a ser órgão normativo da política monetária, com a tarefa de definir as regras e metas a serem alcançadas. O Bacen foi idealizado (assumindo a antiga Carteira de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil e Serviço de Meio Circulante do Tesouro Nacional) para agir no caráter executor da política monetária. Bem como, o agente fiscalizador, além de controlador do sistema financeiro. O Banco do Brasil, além de suas propriedades de banco comercial, continuou com os serviços de compensação de cheques, como também depositário das reservas voluntárias e caixa do Bacen, ademais do Tesouro Nacional, com efeito de agente bancário do governo.
- (III) Lei nº 4320 – criação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e do BNH (Banco Nacional da Habitação). Foi criado o SFH com o escopo de exaurir o déficit habitacional existente, que era responsabilizado à escassez de financiamento para o setor. Logo, se adotou a linha de recursos e agentes específicos.

Além disso, a partir dos agentes foi criado o BNH que se responsabilizaria a função do banco dos bancos no Sistema Financeiro Habitacional, a cargo de regularizar e fiscalizar a atuação dos agentes do sistema, mas também a prestação de serviços a estes, como suporte à liquidez. Como bem nos assegura Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011, p.

382), “Os demais agentes do sistema eram as Caixas Econômicas (CE), as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI) e as Associações de Poupança e Empréstimos (APE)”. Ainda assim, os locais de recursos eram cadernetas de poupança, as letras imobiliárias e o FGTS. O FGTS era regido pelo BNH para financiamento dos projetos sociais na área habitação e saneamento, o último por meio do SFS (Sistema Financeiro do Saneamento). O BNH seria apesar o agente que transferiria, porém, não sendo um agente de ponta (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2011).

- (IV) Lei nº 4278 – reforma do mercado de capitais. A Lei do Mercado de Capitais firma as diretrizes de atuação dos demais agentes financeiros. O panorama institucional que se construiu se balizava no molde financeiro dos Estados Unidos, em contraposição ao modelo europeu, denominado pela especialização e segmentação do mercado, presenciando instituições específicas que sanariam os segmentos ímpar do mercado de crédito, sustentado em instrumentos de captação já determinados.

Em virtude disso, os bancos comerciais deveriam operar no crédito de curto prazo, com base na absorção de depósitos à vista. As financeiras eram os agentes de crédito via consumidor, a partir da venda de letras de câmbio. Os bancos de investimentos, formalizaram por meio da reforma, deveriam se atentar ao crédito de médio e longo prazos, perante a captação de depósitos a prazo e do repasse de recursos advindos do exterior; bem como, deveriam impulsionar as operações do mercado de capitais, em detrimento da subscrição de ações, operações de underwriting e alocação de debêntures. Os Bancos de desenvolvimentos estatais deveriam se sujeitar as operações financeiras especiais de promover pelo repasse de fundos fiscais e recursos externos. Ademais, que instituições do mercado de capitais – Bolsa de Valores, Corretoras e Distribuidoras – também foram sujeitas a regulamentação e subordinação ao Bacen. Foram promovidos uma vasta game de incentivos fiscais para dinamizar esse segmento, no qual se sobrepõe o Decreto-lei nº 157, sendo que as pessoas poderiam adquirir cotas de fundo de ações com parcela do Imposto de Renda (pessoa física). Outro importante destaque é o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo o Banco do Brasil o pilar central e as agências subsidiárias e bancos comerciais. O cerne de recursos para o sistema, além dos fundos fiscais e da “Conta Movimento”, uma fração dos depósitos a vista absorvidos pelos bancos comerciais, que era vital para utilizar no financiamento agrícola (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2011).

De fato Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011), analisa que uma vasta pluralidade de adversidades ainda estavam presente para a execução do plano, sobretudo, pela política monetária independente: (I) a subserviência do Bacen ao CMN, acarretando na ingerência política na atuação do órgão; (II) A Conta Movimento, inicialmente para transferência de recursos Banco do Brasil via Bacen para o desenvolvimento da operação, fazendo com que o Banco do Brasil não perdesse a posição de Autoridade Monetária, pois, detinha a possibilidade de estender sua linha de crédito como lhe aprouver, sendo que possuía uma linha direta ancorada de financiamento junto ao Bacen; (III) o nomeado Orçamento Monetário, que deveria agrupar as duas autoridades monetárias (Bacen e Banco do Brasil). Reverberando assim, o recebimento de gastos oriundos da parte fiscal, com o surgimento de vários fundos e programas que seriam dirigidos pelas Autoridades Monetárias – Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), Proex (Programa de Excelência Acadêmica) dentre outras.

O Bacen, que deveria tomar a frente somente de um órgão de controle monetária, se transformou também em banco de fomento, criando uma esfera entre questões monetárias e fiscais, porquanto que o Orçamento Fiscal poderia se demonstrar em perfeito equilíbrio, entretanto, a lacuna se alocava no Orçamento Monetário. O Bacen estava a carga da dívida pública podendo emitir títulos em nome do Tesouro Nacional. Por consequência, a dívida pública e os gastos com juros do Tesouro poderiam se ampliar, independentemente da existência de um déficit a ser financiado, mas puramente designio de controle monetário. Como resultado o Tesouro forçava o Bacen a financiar seus déficits por meio da emissão monetária (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2011).

Em linhas gerais, é perceptivo que uma estrutura excêntrica estava presente, em que se difundia a política fiscal e monetária o Bacen não detinha controle a política monetária, nem mesmo o Tesouro Nacional controlava a política fiscal, resultando em um arcabouço de inviabilidade em detrimento do controle social mediante as operações do governo (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2011).

3.4 Reforma da Política Externa

Na literatura de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011), o setor externo tinha como alvo impulsionar o desenvolvimento econômico, safar-se das pressões advindas da Balança de Pagamentos, expurgando, assim umas das principais distorções do PSI. Em destaque duas vertentes de atuação: otimizando o comércio externo junto a atração de capital estrangeiro:

- (I) Em consonância ao comércio exterior, se procurou fomentar a diversidade das exportações frente a uma série de incentivos fiscais (isenções fiscais – IPI, ICM, IR – crédito-prêmio do IPC etc.), além disso, a modernização de dinamismo dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional (CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) e CPA (Comissão Própria de Avaliação)). Por outro lado, as importações se alicerçam em destituir os limitantes quantitativos e utilizar apenas a política tarifária como forma de administrar. Primordialmente, a adoção no locus do comércio externo foi a simplicidade e união do sistema cambial, que objetifica eliminar as incertezas recorrentes da condução errática da política cambial, ainda mais, que o não estímulo à exportação decorrentes da valorização. De tal forma que se aderiu o sistema de minidesvalorizações a partir de 1968, no qual a variação cambial seria o reflexo da distinção entre a inflação interna e a externa;
- (II) Quanto à propensão do capital estrangeiro, procurou-se, inicialmente uma reaproximação com a política externa dos EUA, nomeada Aliança para o Progressiva. Logo, após, firmou-se a renegociação da dívida externa a partir de um Acordo de Garantias para o capital estrangeiro. As conexões com o sistema financeiro estrangeiro foram feitas por meio de duas iniciativas: A Lei nº4131, que dava direito das firmas ao sistema financeiro internacional, e a Resolução nº 63, que assegurava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para o repasse interno. Desse modo, o sistema financeiro nacional ao internacional dado o início do processo de internacionalização das finanças no Brasil.

As reformas instituídas no PAEG moldaram em grande parte toda o arcabouço institucional presente na economia do Brasil, se rearranjando às necessidades de uma economia industrial. Visto que de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2011, p. 384):

Montou-se um esquema de financiamento que viabilizaria a retomada do crescimento, e dotou-se o Estado de maior capacidade de intervenção na economia. A política adotada no PAEG obteve grande êxito na redução das taxas inflacionárias e em preparar o terreno para a retomada do crescimento.

4. IMPACTOS E RESULTADOS DO PAEG FRENTE À CONJUNTURA ECONOMICA

4.1 O Impacto sobre a Produção e os Preços

Urge, portanto, que as mudanças na estrutura institucional do PAEG mediante a economia brasileira, se alocaram a partir das necessidades na base industrial do país, sendo o fim da crise que vigorava no Brasil, pois, o governo têm condições dado o período, para criar uma capacidade mais robusta na arrecadação de recursos em juntamente com à sociedade, em detrimento da nova face da estrutura tributária, além disso, os órgãos e ferramentas que foram inseridos no sistema financeiro viabilizaram o acúmulo de poupança por meio dos agentes econômicos, conseqüentemente fomentou os investimentos produtivos.

Abreu *et. al.* (1989) os dados apontam as influências que as políticas monetárias e fiscal reverberaram a produção e os preços. Pois, os preços subiram 90%, mediante o indicador de preços, e 81,3%, medido pelo Índice de Preços por Atacado (IPA). Por isso, foram contempladas taxas recordes, não apenas no primeiro trimestre de 1964, mas se perpetuaram por todo o ano, podendo ser atribuídas aos inúmeros de tarifas dos serviços públicos, o desbloqueio dos aluguéis congelados e a outros preços, num dado processo na época nomeada de inflação corretiva. Além disso, o governo cedeu às pressões para o aumento dos salários dos colaboradores do setor público. O salário-mínimo havia sido elevado em 100% em fevereiro, na vigência de Goulart, como também o aumento imediato dos militares em 120%, logo após a ascensão do novo governo, se congelou o salário dos funcionários públicos e ampliou os salários dos empregados civis receberam 100% de acréscimo em junho. A política monetária, em 1964 foi mitigada em comparação ao ano de 1963, entretanto, os índices de liquidez real se mantiveram negativos durante todo ano, salvo do terceiro trimestre. Nota-se que o crédito ao setor privado, cresceu a taxas menores do que a moeda. Esse relativa folga na liquidez permitiu uma pequena recuperação no setor industrial,

que se expandiu em torno de 5% no ano. Por sua vez, a agricultura teve um ano atípico e cresceu somente 1,3%. O ano de 1965 sinalizava um decréscimo da curva inflacionária. As referências anuais demonstram que a queda no ritmo industrial se deu em 1963, já a diminuição nas taxas de expansão monetária.

Para Abreu *et. al.* (1989), a ordenação dos fenômenos propõe o sentido de causalidade. A pressão da moeda e crédito de 1963, estaciona a atividade industrial, e neste meio-tempo, os preços se estimulam. Em 1964, o alívio na liquidez real até o terceiro trimestre concedendo um plano retomada industrial, enquanto os preços continuavam a subir em relação às taxas de 1963. Em 1965, a política fiscal restringia que o crescimento dos impostos em todos os níveis e reduzia o dispêndio governamental desde o segundo semestre de 1961, atrelado a uma austeridade de crédito no último trimestre de 1964, visto que a atividade industrial penetrasse em colapso. Após o biênio de 1963-64 a atividade agrícola teve um ano excelente com crescimento de 13,8% em 1965. Com o desempenho pífio na indústria repercutiu na safra que no primeiro trimestre de 1965, quando os preços subiram à taxa anual de 50%, já os preços do setor industrial cresceram ainda à taxa anual de 86%. Na segunda metade do ano de 1965, entra em vigência a fórmula salarial do PAEG, que diminuía em 26% o salário-mínimo real restaurado em relação a fevereiro de 1964. Os preços industriais demonstravam então os primeiros evidências de quebra de tendência: a taxa de ampliação anual do segundo trimestre cai para 69%. A taxa de crescimento dos preços agrícolas se perpetua a decair a cada trimestre, limitando o preço relativo agricultura-indústria. Bem como os preços industriais apresentam taxas de crescimento decrescentes até o fim do ano. Ao passo que os preços reduziam o ritmo de expansão, a política monetária fugia do controle e se ampliava a moeda e crédito a taxas muito superiores às dos preços. Os indicadores de liquidez real introduziram que a elevação abrupta e alcançaram um ápice no último trimestre de 1965, ao ano seguinte em 1966 houve a mudança da liquidez real sentido a partir do primeiro trimestre de 1966, após um período ocioso de dez trimestre em queda, salve o trimestre de 1964.

Conforme Abreu *et. al.* (1989), o crédito facilitado durante o ano de 1965, visto a capacidade ociosa acumulado em três a nos de estagnação esclarece o crescimento industrial em 1966, que chegou aos 11,7%. O setor agrícola resultou em mau desempenho em 1966, quando decresceu em 1,7% da sua produção. Abreu *et. al.* (1989, p. 221) afirma que:

Desde o primeiro trimestre de 1966, os preços agrícolas passaram a crescer mais do que os preços industriais, o que manteve os termos de troca agricultura-indústria em

elevação durante os quatro trimestres do ano. A fórmula salarial, volta a reduzir o salário-mínimo real no mês do reajuste e, conforme foi visto anteriormente, o salário real médio anual na indústria também sofreu nova queda. Com os salários mais baixos, e apesar dos preços agrícolas mais altos, a inflação voltou a baixar, mas a queda em 1966 foi de apenas 19 pontos percentuais (de 56,8% para 38,0%), enquanto em 1965 a queda fora de 33 pontos (90 % para 56,8%).

A política monetária, no entanto, sofria uma brusca modificação ainda no primeiro trimestre de 1966. O governo em 1966 colocava em prática a primeira experiência econômica ortodoxa monetarista, sendo que o déficit do Tesouro foi deduzido a 1,1% do PIB, quase um quarto ao analisarmos o ano de 1963. Como resultado foi conquistado por meio do aumento dos impostos em detrimento do corte nas despesas. O financiamento do déficit foi feito por meio da alocação de títulos juntamente ao público e pelo levantamento de empréstimos externos. Porquanto, os aspectos da ortodoxia na experiência do Brasil, a partir de 1964 podem ser sintetizadas na política monetária e creditícia durante os dois primeiros trimestres de 1966, bem como a política fiscal de 1964 a 1966, que reverberou no aumento de impostos e redução do dispêndio do governo. (ABREU *ET. AL.*, 1989).

É nítido observa que a experiência brasileira no período retratado, que encadeamento entre as políticas monetária, fiscal e creditícia restritivas, primordialmente, sobretudo, a última, e o desaquecimento da atividade industrial. A discrepância com as políticas restritivas lida a partir do nível de atividade é de aproximação dois ou três trimestres. Por parte da esfera política fiscal restritiva no biênio de 1964-65 culminou no pacote ortodoxo iniciado pelo Plano Trienal, no início de 1963 e resultando no declínio da produção industrial de 4,7% em 1965. O PIB só não decaiu, pois, a agricultura teve um exímio ano (ABREU *ET. AL.*, 1989).

4.2 Os Custos da Estabilização

Ao descrever Abreu *et. al.* (1989) o rompimento de crescimento nos anos de 1963-67, se construiu um hiato entre o produto observado e o produto potencial, feito pela tendência do PIB se alicerçando na taxa histórica de 7% a.a. que só foi extinguindo em 1973. O custeio da quebra de ritmo de ampliação em termos de emprego não podendo ser mensuradas com exatidão, pois não era contemplado no período a existência de dados estatísticos de desemprego. Podendo apenas discorrer, portanto, a suposição o quão grave foi os aspectos da política monetária e fiscal.

Por outro lado, os efeitos da política monetária restritiva durante o ano de 1966 pode ser considerado com base no índice de passivo médio real de uma empresa em falência que quase triplicou e 1965 e 1966 para firmas individuais, vertente que aloca quase todas as firmas pequenas. Esse mesmo indicador serve para as sociedades de responsabilidade limitada, categoria que compõe em sua maioria média e pequenas empresas sendo que esse valor duplicou. As sociedades anônimas, onde a presença da maioria das firmas está, o índice registrou um aumento de 82 para 128. Os números abordados dão ciência do impacto da política monetária e creditícia sobre as empresas de uma economia que no ano de 1966 estava em seu terceiro ano de recessão econômica. A política monetária restritiva alcançou de forma mais incisiva as pequenas empresas que compõem a categoria de firmas individuais. As empresas de caráter sociedade limitada vêm em sequência, e as sociedades anônimas, categoria que detêm as maiores empresas, foram as menos prejudicadas (ABREU *ET. AL.*, 1989).

O caráter retrogrado mediante a estrutura industrial da política de 1966 fica claro por meio do número de falências e concordatas requeridas por dada esfera de atividade. Os setores que sofreram com a inconstância econômica foram: vestuário, construção civil e alimentos, no qual o número de falências e concordatas requeridas mais que triplicou entre os anos de 1964-66. O setor de vestuário e alimentos são habituais de estruturas têm menor incidência de oligopólios, onde predominam as médias e pequenas empresas. A construção civil foi nitidamente uma vítima da política fiscal que decresceu substancialmente os dispêndios com obras públicas no período. Portanto, a construção civil é um setor com alto intensidade em mão-de-obra não qualificada, cuja descontinuação tem, assim, característica socialmente regressiva. Este setor, como os demais, sobretudo, compostos por empresas nacionais, vivenciou arduamente o aperto do crédito (ABREU *ET. AL.*, 1989).

Porquanto Abreu *et. al.* (1989), em 1966, começava o influxo de capitais externos que passaram a propiciar superávits crescentes na conta capital. Este influxo de capitais se alicerçava em sua maioria de empréstimos e financiamentos contratados advindos do exterior 44,2% de tais empréstimos, em 1966, foram firmados por empresas de caráter estrangeira, e 46,4% por empresas públicas. A fração das firmas nacionais privadas foi de 6,5% dos empréstimos. No mesmo período, 69,1% dos empréstimos foram disponibilizados por corporações não-financeiras privadas no exterior. Ao passo que os empréstimos contratados pelas filiais do Brasil de empresas multinacionais juntamente às suas matrizes.

Isto é, confirmado pelo fato de que 32% dos empréstimos e financiamentos contratados em 1966 foram feitos através da Instrução 289, que possibilitava a contratação de empréstimos em moeda estrangeira diretamente entre empresas do exterior e do país, prevalecendo as transações entre empresas associadas (ABREU *ET. AL.*, 1989, p. 224).

Embora a visão de como a política fiscal restritiva do período 1964-1967 – mais designadamente dos anos de 1965-1966 – danificou o arcabouço das despesas públicas sendo que algo mais esmiuçado por parte das finanças públicas no período, além de ser possível analisar a participação de inúmeros ministérios na despesa da União. Em 1965, houve uma queda na parcela da despesa foi a do Ministério dos Transportes, então Ministério da Viação e Obras Públicas. Portanto, indubitavelmente, os gastos públicos de maior fração mediante a economia do país, e sobre o setor de construção civil em especial, se tem o indicativo do caráter recessivo dos cortes no dispêndio e compreender por que o setor de construção civil foi severamente atingindo. Todavia, o ministério cuja presença na defesa teve crescimento quase dobrando foi o Exército, então Ministério da Guerra aumentando de 5,8% em 1964 para 10,4% em 1965. Dos ministérios cujos gastos têm características mais social, sendo Educação e Cultura, Saúde, Trabalho e Previdência Social, o primeiro teve aumento em sua participação, o segundo não se alterou praticamente e somente o terceiro teve sua participação deduzida, caindo de 2,9% em 1964 para 1,9% em 1965. Ademais, ministérios, Aeronáutica e Marinha, também tiveram suas frações elevadas. O arcabouço não se moldou muito de 1965 para 1966. O Ministério dos Transportes, passa por um novo apoucamento nas despesas da União com 14,8%. Como também o Ministério do Trabalho e Previdência Social continuou com quedas na participação no dispêndio, diminuindo o valor de 1,9% para 1,0%. A Previdência Social também passou por esse processo tendo atingido 7% até 1965 para os anos que se seguiram com valores de 5,4% em 1966 e 5,5% em 1967 (ABREU *ET. AL.*, 1987).

4.3 Análise e Resultados do PAEG

Lafer *et. al.* (1987), durante o período compreendido do PAEG as primeiras etapas de um programa anti-inflacionário, haja vista, o decaimento do nível de investimento podendo ser denominada com fenômeno natural, que acompanha a política de controle da demanda. Uma vez que os anos de execução do PAEG, como apontam Governo não fomentaram a economia brasileira na realização de novos investimentos.

Além disso, os fatos e perspectivas que rodeiam a economia do Brasil como: a evolução futura da economia, sendo difícil dimensionar essa variável. Em linhas gerais, esses fatores são denominados de eficiência marginal do capital, podendo ser desdobrados em inúmeras vertentes. Um deles é a expectativa de crescimento futuro em prol da demanda: na medida em que o empresário anteveja um crescimento da demanda por seus produtos no futuro, sendo a ampliação de sua capacidade instalada em detrimento em suas vendas. Entretanto, isso somente ocorrerá se sua atual capacidade instalada estiver por completo utilizada. Mas se a ver capacidade ociosa em sua empresa, a adição da unidade esperada de demanda podendo ser atendido pela absorção da capacidade, sem necessitar da entrada de novos investimentos (ABREU *ET. AL.*, 1987).

Lafer *et. al.* (1987) comenta que passando para o plano racionar para que uma economia em aspectos gerais, possa obter novos investimentos se o arcabouço estiver próximo do pleno emprego ou mesmo se a economia estiver funcionando em uma esfera praticamente inelásticas de curva de oferta de curto prazo, por causa do aumento da demanda só possa ser respaldado por meio do investimento.

No tocante de Lafer *et. al.* (1987), no que se remete o PAEG e seu não cumprimento no que se remete a política de crescimento frente ao diagnóstico da inflação. Lafer *et. al.* (1987, p. 88), discorre em sua literatura: “Segundo o plano, a inflação era de demanda, e uma vez que o excesso de demanda fosse cortado, a economia voltaria ao seu ponto de pleno-emprego sem inflação e estaria apta a retomar o nível de investimento necessário”. Já que a demanda sofreu por meio da exposição do Governo, passou a vigorar a capacidade ociosa por parte dos setores industriais, não logrando em sua totalidade no decorrer do plano. Na evidência da capacidade ociosa, pouquíssimos incentivos estavam presente para empresas em detrimento da realização de investimentos. Salvo, os aumentos dos custos continuavam estavam autonomamente agindo, sem qualquer interferência do Governo

frente a inflação acarretando o decréscimo da liquidez das empresas. Essa indisponibilidade de financiamento não podia ser atendida, visto que o Governo exercia uma política creditícia restritiva, assim as empresas recorriam a intermediários financeiros, desse modo agravando sua situação econômica, pois as altas taxas de juros dificultando seus custos. Não obstante, o aumento rigoroso da carga tributária federal, no intuito de reter recursos para financiamento do déficit e limitando a renda disponíveis para os consumidores, surgindo uma nova tensão de custos para firmas. O Governo, a fim de financiar o déficit remanescente disponibilizou-se arduamente seus títulos no mercado de capitais, visto a taxa de juros atrativas, deslocando a poupança privadas para o setor público e romper umas das fontes de financiamento do acréscimo de capital das empresas.

A literatura de Lafer *et. al.* (1987), assim sendo, não apenas os estímulos necessários não foram criados para a retomada dos investimentos, primordialmente a manutenção de um contínuo alto nível de atividade interna e da ambientação geral de retomada, exceto o desajuste em alguns fatores já delicados na ótica dos custos de produção e terminos de canais importantes de financiamento dos investimentos privados. Dessa maneira não é cabível investir na economia.

Se bem que às contradições internas envolvidas no PAEG, o plano narrou uma mudança de mentalidade das autoridades governamentais “[...] em relação ao problema inflacionário, que pela primeira vez encarado seriamente [...]” (LAFER *ET. AL.*, 1987, p. 88). E foi alvo por meio de um plano arquiteto em ação coordenado e incisiva do Governo. Embora, o PAEG tenha custado ao Brasil três anos de descontinuidade frente ao crescimento econômico, mas sendo uma grande utilidade para o reparo do processo inflacionário sem incidir na estagnação econômica (LAFER *ET. AL.*, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arcabouço apresentado buscou analisar a experiência do Brasil a partir do objetivo imposto por meio de estabilização do Plano Trienal e do PAEG buscando o debate para poder identificar um denominador comum entre os planos, como também as distinções dentre eles, além dos resultados distintos obtidos. Isto é, foram levados em conta as análises dos programas na ótica das causas da inflação junto as principais políticas macroeconômicas que alicerçavam estes planos. Logo os planos se mostraram convergente nos aspectos dado a necessidade uma inflação corretiva, planejavam um escopo gradualista de combate à inflação, ainda mais propunham políticas monetárias e fiscais contracionista. Entretanto, a partir das análises dos planos se presencia as distinções notáveis entre ambos, visto que o PAEG em contrapartida do Plano Trienal, ter inserido a correção monetária, bem como as políticas salarias aderidas pelos dois planos.

Em primeira análise, o governo (JK) que vigorou entre 1956-1961 foi intenso, sobretudo, sob a ótica do crescimento econômico. No entanto, a desaceleração se estendeu ao longo do período compreendido entre 1962-1967, reduzindo o crescimento do PIB pela metade em relação ao obtido no período anterior. Durante sua gestão, enfrentou inúmeras dificuldades para governar, envolvendo mudanças de muitos ministros durante o pouco tempo em que presidiu o país. Segundo Lacerda, et al. (2011), o lócus do setor de bens de consumo duráveis enfrentava adversidades, pois a demanda não prosperava. A demanda retraída que o PSI buscava sustentar esvaiu-se prematuramente. A visão estagnacionista retratava o esgotamento do papel do PSI na redução das taxas de crescimento do produto. A indústria de substituição de importações está fadada a enfrentar adversidades no longo prazo. Sendo o desenvolvimento do PSI monopolista, o mercado não cresce adequadamente para proporcionar novos investimentos. O PSI sustenta poucos trabalhadores, pagos com baixos salários e incapazes de alimentar seu próprio mercado consumidor.

Celso Furtado também aponta que a economia nacional na década de 1960 apresentava características de profundo esgotamento devido ao processo de substituição de importações. Levando a muita capacidade ociosa e presença de preços muito altos, concluindo assim a centralização da renda. A predominância de elites conservadoras, que praticavam um processo arcaico na estrutura agrária por meio de técnicas irregulares, consequentemente esgotando a fertilidade da terra. Como consequência, os preços alarmantes dos produtos da agricultura e a redução da expectativa de vida da população. Essa descrição da situação

econômica e social só seria palpável se revertida por meio de uma profunda mudança na esfera política. Ainda mais, Sarmiento descreve que as dificuldades econômicas que o Brasil presenciava como: gerenciamento de contas públicas e dos contratos externos, ao término de 1962 foi formalizado um novo método de orientação para a política economia do governo. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social buscou firmar regras e instrumentos rígidos para o combate frente ao crescimento inflacionário e controle do déficit público. À elaboração desse Plano era uma tentativa de manter o retrato econômico vigente a priori entendido entre 1957-1961 com grande desenvolvimento econômico, de tal forma que o processo de substituição de importação era presente, como resultado o Brasil crescia o PIB à taxa média de 6,9% ao ano. O âmago do Plano era retratado como uma forma gradualista, visto que a inflação seria combatida a partir do déficit público e das emissões, a inflação manifesta-se como objetivo primordial, de forma que cabe à questão de indagar-se por que causa a relutância em inibi-la, o mais breve possível. Isto é, tratava-se de um mecanismo econômico cuja finalidade era garantir o financiamento para o governo em detrimento do desenvolvimento nacional – as prioridades para o planejamento em investimentos públicos estavam pertinentes ao que constava nos itens da agenda nas reformas de base – ademais, que o financiamento deveria originar-se com o aumento das exportações, investimentos externos e da inserção de novas medidas tributárias, haja em vista, impostos específicos para pessoas com altas rendas. Sarmiento e Miranda (2011) introduzem a importância de San Tiago Dantas, empossado em janeiro de 1963, primeiro-ministro presidencialista de Jango, que ficou a cargo de administrar as questões simples referentes ao Plano Trienal em profundo alinhamento com as necessidades políticas e orçamentais do governo. Por esse fato o presidente cedeu os rigorosos mecanismos de controle de emissão e do déficit público optado pelo Plano Trienal, em busca de uma política econômica mais maleável e permissiva.

Sarmiento e Miranda (2011) apontam que desconsiderando o acordo feito junto ao FMI que fora de 40% ajuste para o setor trabalhista, o governo proporcionou um aumento de 56,25% para o salário-mínimo, como também, aumentou os salários dos funcionários públicos em torno de 60%. Rapidamente as medidas que foram adotadas, e no primeiro semestre do ano de 1963 as contas públicas demonstravam um déficit de 30% para com as despesas do governo. Por causa da adoção desse método o Plano Trienal se tornou obsoleto pela inflação que fechou a 25% nos primeiros cinco meses de 1963, e pela emissão de papel moeda devido ao aumento dos salários.

Em segunda análise, o nível da taxa de câmbio real, atrelado ao ínfimo crescimento da economia nos anos de 1964-65 (média anual de 2,9%), favoreceu o acréscimo dos saldos comerciais, esclarecido tanto pelo aumento das exportações (24% acumulados no período de 1964-66), quanto pela contração nas importações (27% no biênio 1964-65.) Esses dois fatores voltaram a ampliar-se a partir de 1966, alicerçado pelo fomento da atividade econômica. Os objetivos de ampliação nominal dos meios de pagamentos fixos pelo governo excederam em 1964-65, e ainda do crédito ao setor privado nos anos que seguiram o PAEG. Conquanto, as metas de inflação foram também suplantadas – visto que a inflação corretiva e o crescimento do M1, bem como o crédito – a expansão real dos meios de pagamento e do crédito privado se alternou consideravelmente, dado que em 1964 e 1966 foi negativo, apesar do resultado satisfatório em 1965. A política salarial do Plano também foi limitada, pois, a fórmula de correção aliado com o período de referência para o cálculo do salário real. Com isso o ajuste pelo pico recompõe plenamente a inflação acumulada desde o último reajuste, realocando a renda dos lucros para os salários e propiciando recentes demandas de correção de preços pela ótica do setor empresarial. Mas também a correção pela média do salário real fraciona o ônus da inflação entre o empresário e o colaborador, isto é, favorece o enfretamento distributivo, desde que o cálculo que será desenvolvido seja aceito por ambas as partes. Ainda mais, como o valor do salário nominal é fixo dentre duas datas para o reajuste, na assiduidade da inflação o salário real detém a perde poder de compra ao longo do período, assim, se o período supracitado for de estabilidade, o valor relativo dos salários e dos excedentes será equilibrado. Conforme fosse designado o período do reajuste que se disseminaria por parte do ano de 1962, o ano de 1963 em sua totalidade e os primeiros meses de 1964.

Dessa forma, as pressões inflacionárias ocorridas no período, sobretudo, pela demanda e custos, que foram diagnósticas no PAEG, resultaram no combate desse fenômeno, por meio das políticas monetária, salarial restritiva e fiscal. Embora, o sucesso do Plano foi em partes comprometido pela ampliação de custos básicos como, por exemplo, impostos, tarifas públicas dentre outros. Mas também, o PAEG foi introduzido, a fim de atenuar os custos vigentes à época frente ao combate à inflação, e daqueles que deveriam ser reajustados ou preservados.

O golpe miliar ocorrido em 1964 que destituiu o então Presidente da República João Goulart, assumindo então o cargo o marechal Castelo Branco. Em seguida em meados de novembro o ministério da economia composto por Campos e Bulhões, por essa ordem

Planejamento e na Fazenda, desse modo foi elaborado o Programa de Ação Econômica do Governo. O âmago do programa desenvolvido se fundamenta por: (I) acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico no país, visto que foi interrompido nos anos de 1962-63; (II) atenuar progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964-65, buscando um equilíbrio de preços desde 1966 em diante; (III) mitigar as oscilações econômicas setoriais e regionais, dado que as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, sobretudo, por melhores condições de vida; (IV) assegurar, por meio da política de investimentos, possibilidade de emprego produtivo à mão-de-obra que constantemente aflui no mercado de trabalho; (V) reparar os déficits desordenados do balanço de pagamentos, que inibem o contínuo processo de desenvolvimento, dado o estreitamento periódico da capacidade de importar (ABREU *ET AL.*, 1989).

Para a conclusão do planejamento, os seguintes instrumentos de ação: Política Financeira: (I) política de austeridade do caixa governamental, que paulatinamente atenua a pressão inflacionária, acarretando no fortalecimento da poupança nacional em detrimento da coordenação do consumo e das transferências do setor público e no avanço da composição da despesa; (II) política tributária, engajada em fortalecer a arrecadação junto ao combate à inflação, estimulando a poupança e alinhando as distorções de incidência, como também mitigar as disparidades sociais e remanejar os investimentos; (III) política monetária, embasamento na progressão de estabilização de preços, evitando, entretanto, ao retraimento do nível de atividade econômica produtiva, bem como, a redução da poupança das empresas, (IV) política bancária, com caráter de fortificação do sistema creditício, coordenando às necessidades do combate à inflação e de estímulo ao desenvolvimento: (V) política de investimentos públicos, compreendida por meio da prosperidade da infraestrutura econômica social da nação, a fim de minimizar os desequilíbrios regionais e setoriais.

A Política Econômica Internacional, abrangendo: (I) política cambial e de comércio exterior, buscando a pluralidade das fontes de suprimentos, além do fomento as exportações, de tal modo que viabilizar as absorções dos cerne setoriais que detém capacidade ociosa e compeler o desenvolvimento econômico, com domínio de pagamentos no longo prazo; (II) política de consolidação da dívida externa e de restabelecimento do crédito no Brasil para as demais nações, assim que aliviasse as pressões atreladas no balanço de pagamento a curto prazo; (III) política de fomento ao ingresso de capitais internacionais e de presença constante da cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com os demais governos, primordialmente com o sistema multilateral da Aliança frente o Progresso,

isto é, agilizasse o desenvolvimento econômico no Brasil. A Política de Produção Social, entende-se: (I) política salarial, se alicerça na participação dos trabalhadores em detrimento do desenvolvimento econômico, contudo que permitisse a conciliação do combate à inflação, a partir da ótica da procura e dos custos, e que respaldasse a capacidade da poupança da nação. Nesse contexto esmiuçado as causas que norteiam a inflação brasileira: “os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em propensão superior à do aumento de produtividade.” (MPCE, 1964, p.28). Em atribuição do diagnóstico supracitado se vislumbravam três importantes normas para o programa desinflacionário: (I) limitar os déficits do governo, a fim de cortes nas despesas não primárias e racionalizar o sistema tributário; (II) alargamento dos salários reais em prol do aumento da produtividade, e consequentemente do frenético desenvolvimento econômico; (III) política de crédito para as empresas, isto é, de modo organização, porquanto inibir a excessiva procura por inflação, mas razoavelmente pautada para alinhar-se à inflação de custos.

Em terceira análise, o plano se alicerçava na busca gradual de combate à inflação, sendo assim, o PAEG foi um programa estratégico visado para o combate à consideração categoricamente heterodoxo. Sendo estabelecidas metas para os anos de 1964, 1965 e 1966 foram respectivamente de 70%, 30% e 15%, além de um crescimento econômico por volta dos 6% ao ano. Já em 1931, foi introduzido o Departamento Nacional do Trabalho e criado o regulamento da sindicalização dos trabalhadores e empregadores. (1989), A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989, o autor destaca que até, 1930 no país não existia uma política salarial oficial, assim, se propiciando a doutrina “liberdade de trabalho”. O PAEG tinha uma política salarial precisa, que deveria se fundamentar em três pontos básicos: “(I) manter a participação dos assalariados no produto nacional; (II) impedir que reajustamentos salariais desordenados realmente irreversivelmente o processo inflacionário; (III) corrigir as distorções salariais, em particular no Serviço Público Federal, nas Autarquias e nas Sociedades de Economia Mista” (MPEC, 1964, p. 83). O nivelamento do salário-mínimo real reestruturado pelo reajuste, logo, também sofreu um decréscimo. Os avanços frente à política salarial em detrimento do salário-mínimo real médio anual foram expressivos. (III) Lei nº 4320 – criação do SFH e do BNH. Após alguns anos em 1940, o salário-mínimo foi constituído, cujos preceitos só foram concluídos em 1943. Primordialmente, a adoção no locus do comércio externo foi a simplicidade e união do sistema cambial, que objetiva eliminar as recorrentes da condução errática da política cambial, ainda mais, que o não estímulo à exportação subsistente da valorização, além disso, a

modernização de dinamismo dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional (CACEX e CPA). Aos anos que se seguiram, os índices continuaram em decréscimo, mas de forma morosa. Como resultado o Tesouro forçava o Bacen a financiar seus déficits por meio da emissão cardíaca. Os efeitos da política salarial se disseminaram, entretanto, a reduzir o salário-mínimo médio. Desse modo, o sistema financeiro nacional ao internacional dado o início do processo de internacionalização das finanças no Brasil. Dentre os anos de 1951-1954, no segundo mandato de Vargas, o salário-mínimo sofreu um reajuste duas vezes, e em 1954 já apresentou duas vezes e meia o salário contemplado em 1946, em termos reais. Em linhas gerais, é perceptivo que uma estrutura excêntrica estava presente, em que se difundia a política fiscal e monetária o Bacen não detinha controle a política monetária, nem mesmo o Tesouro Nacional controlava a política fiscal, gerado em um arcabouço de inviabilidade em detrimento do controle social mediante as operações do governo. Logo, após, firmou-se a renegociação da dívida externa a partir de um Acordo de Garantias para o capital estrangeiro. A criação de alguns impostos nesse período como: IPI, ICM e ISS. Em 1965, a Circular nº 10 do ministro extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil definiu a forma do reajuste salarial da Administração Pública Federal, que foi orientada para os governos estadual e municipal. Com a possibilidade de “resíduo inflacionário”, isto é, da sobrevivência para o próximo ano, que adentraria na fórmula do reajuste salarial, era o panorama oficial que consistentemente abaixo à parecia que ocorreu efetivamente, o salário-mínimo real médio era corroído.

No setor externo tinha como alvo o desenvolvimento econômico, safar-se das pressões advindas da Balança de Pagamentos, expurgando, assim umas das principais distorções do PSI. Os Estados por sua vez, ficaram com o ICM, já os municipais, com o ISS e o IPTU. A União ficou a carga do IPI, os impostos únicos, ITR e os impostos de comércio exterior. Sendo que o índice sobre o salário-mínimo real médio se depreciou em sete 7% em 1965, quando foi inserida a fórmula salarial, e em 1966, uma vez mais, caiu 7%. O indicador do salário anual médio das pessoas que trabalha em meio a produção da indústria de transformação também sofreu baixas em aproximadamente 7% em 1965, atrelado a queda do salário real médio. O BNH seria apesar do agente que transferiria, porém, não sendo um agente de ponta a política monetária fosse seguida de forma independente. Ao ano de 1964 especificamente em fevereiro o indicador para o salário-mínimo era de 126; de 1966 foi reduzido para 91 e em março de 1967, acarretou uma nova redução para 83. O Bacen estava a carga da dívida pública podendo emitir títulos em nome do Tesouro Nacional. Bem como, o

agente fiscalizador, além de controlador do sistema financeiro. As conexões com o sistema financeiro estrangeiro foram feitas por meio de duas iniciativas: A Lei nº 4131, que dava direito das firmas ao sistema financeiro internacional, e a Resolução nº 63, que assegurava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para o repasse interno.

Em quarta análise, por sua vez, a agricultura teve um ano atípico e cresceu somente 1,3%. Além disso, o governo cedeu às pressões para o aumento dos intervalos dos colaboradores do setor público. Pois, os preços subiram 90%, mediante o indicador de preços, e 81,3%, medido IPA, os dados apontam as influências que as políticas monetárias e fiscais reverberaram a produção e os preços. A política monetária, em 1964 foi mitigada em comparação ao ano de 1963, entretanto, os índices de liquidez real se mantiveram negativos durante todo o ano, salvo do terceiro trimestre. Nota-se que o crédito ao setor privado, cresceu a taxas menores do que a moeda. O salário-mínimo havia sido elevado em 100% em fevereiro, na vigência de Goulart, como também o aumento imediato dos militares em 120%, logo após a ascensão do novo governo, se congelou o salário dos funcionários públicos e ampliou os isolamentos dos empregados civis receberam 100% de acréscimo em junho. Essa relativa folga na disponibilidade permitiu uma pequena recuperação no setor industrial, que se expandiu em torno de 5% no ano. Por isso, foram contempladas taxas registradas, não apenas no primeiro trimestre de 1964, mas se perpetuaram por todo o ano, podendo ser atribuídas aos diversos de tarifas dos serviços públicos, o desbloqueio dos aluguéis congelados e outros preços, num dado processo na época nomeada de homologia corretiva.

Porquanto, o arcabouço não se moldou muito de 1965 para 1966. Com o desempenho pífio na indústria repercutiu na safra que no primeiro trimestre de 1965, quando os preços subiram à taxa anual de 50%, já os preços do setor industrial cresceram ainda à taxa anual 86%. Como resultado foi conquistado por meio do aumento dos impostos em detrimento do corte nas despesas. Em 1964, o alívio real ao terceiro trimestre concedendo um plano industrial retomado, enquanto os preços continuaram a subir em relação às taxas de 1963. Após o biênio de 1963-64 a atividade agrícola teve um ano excelente com crescimento de 13, 8% em 1965. Bem como os preços industriais apresentam taxas de crescimento decrescentes até o fim do ano, mas também, no tocante o PIB só não decaiu, pois, a agricultura teve um exímio ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. *et. al.* A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1899 – 1989. In: Resende. André, Lara. Estabilização e Reforma 1964-1967. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Cap. 9, p. 213 – 231. Data de acesso: outubro de 2022.

BASTIAN, Eduardo F. "O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. *Scielo – Scientific Electronic Library Online*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). vol.43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013. <https://www.scielo.br/j/ee/a/SD7xxWqDKJWBDMw6nJYyBTM/?lang=pt> . Data de acesso: janeiro de 2023.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966. *Objetivos e Instrumentos de Ação*. 2ª ed. Brasil. *Brasil*, 1965. Cap. 1, p. 15-17. [.file:///C:/Users/rphae/Downloads/1964_Programa_Acao_Economica_Governo%20.pdf](file:///C:/Users/rphae/Downloads/1964_Programa_Acao_Economica_Governo%20.pdf). Data de acesso: novembro de 2022

_____. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966. *Objetivos Globais de Crescimento*. 2ª ed. Brasil. *Brasil*, 1965. Cap. 3, p. 27-35. file:///C:/Users/rphae/Downloads/1964_Programa_Acao_Economica_Governo%20.pdf. Data de acesso: novembro de 2022.

BRASIL; Presidência da República. Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965. *O Desenvolvimento Planificado*. p.13-19. Data de acesso: abril de 2022.

CARVALHO; Douglas Torres de. Determinantes e Resultados do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Rio de Janeiro: IE-UFRJ-RJ, 2018. [Graduação em Economia Brasileira]. 6 p. Data de acesso: março de 2022.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966. Data de acesso: março de 2022.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. Data de acesso: abril de 2022.

GIAMBIAGI, Fabio *et. al.* (Org.). Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2004. In: Jennifer Hermann. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 3, p. 69 – 92. Data de acesso: abril de 2022.

GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. *Da Crise ao Milagre (1960-1973)*. 7ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011. p. 371 – 397. Data de acesso: agosto de 2021.

LACERDA, Antônio Corrêa. *et. al.* Economia Brasileira. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. *A crise de 1962-1967, o PAEG e as bases do milagre econômico*. p. 106–117. Data de acesso: setembro de 2021.

LAFER, Betty Mindlin *et. al.* Planejamento no Brasil. In: Macedo, Roberto B. M. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. Cap.2, p. 51-68. Data de acesso: abril de 2022.

_____. Planejamento no Brasil: In: Martone, Celso L. Análise do plano de ação Econômica do Governo (PAEG) 1964 -1966. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. Cap. 3, p. 69-89. Data de acesso: novembro de 2022.

MIRANDA, José Carlos da Rocha. PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. In: CPDOC. O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento, Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-trienal-de-desenvolvimento-economico-e-social>. Data de acesso: março de 2022.

PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG). In: KORNIS, George. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC| FGV. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>. Data de acesso: janeiro de 2023.

SARMENTO, Carlos Eduardo. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. In: CPDOC. A trajetória Política de João Goulart. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economic. Data de acesso: março de 2022.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 56-121. http://150.162.8.240/PNAP_2013_2/Modulo_3/Economia_Brasileira/material_didatico/Ciclo%20e%20Mudan%C3%A7as%20Estruturais%20na%20Economia%20Brasileira%20P%C3%B3s-Guerra.pdf. Data de acesso: março de 2022.

SIMONSE, Mario H; CAMPOS, Roberto de O. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. Cap. 5, p. 79 – 118. Data de acesso: novembro de 2022.

_____, Mario H; CAMPOS, Roberto de O. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. Cap. 6, p. 119 – 150. Data de acesso: novembro de 2022.

TAVARES, Maria Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 29-58. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/627874/mod_resource/content/1/Tavares%20PSI.p. Data de acesso: março de 2023.